

Presidente aceitou as ponderações políticas

**Da sucursal de
BRASÍLIA**

O presidente Figueiredo, o ministro Leitão de Abreu e outras importantes autoridades do governo concordaram com as ponderações dos integrantes do PDS contrárias ao expurgo dos aumentos do petróleo, trigo, açúcar e taxas de juros agrícolas do cálculo do INPC e favoráveis a uma discussão mais aprofundada da desindexação da economia em geral. Segundo revelaram ontem o líder do governo, Nélson Marchezan, e o senador Carlos Chiarelli (PDS-RS), foi uma vitória dos políticos a exclusão do expurgo do INPC do pacote de medidas econômicas.

"Os que defendiam o expurgo dos aumentos do INPC acabaram ficando em minoria dentro do governo", afirmou ontem o deputado Nélson Marchezan, explicando que desde a primeira hora a maioria dos pedessistas levou ao governo sua preocupação de que aquela medida, defendida pelos representantes dos empresários e integrantes do Conselho Monetário Nacional, iria apenas prejudicar os trabalhadores, reduzindo-lhes os salários, sem trazer benefícios econômicos palpáveis.

Quando os ministros Delfim Neto e Ernane Galvães expuseram aos integrantes da liderança do PDS o conjunto de medidas que iriam inte-

grar o pacote, informou Chiarelli, dois pedessistas se manifestaram contra — ele próprio e Marchezan — qualquer alteração direta ou indireta na política salarial. Delfim criticou a sistemática de reajustes salariais, considerando-a "bondosa e inoportuna", mas reconheceu que seria difícil modificá-la, dada a posição do PDS e mesmo da oposição no Congresso.

Marchezan e Chiarelli apoiaram a política salarial, enfatizando a posição do partido contrária a mudanças no INPC que venham a reduzir os reajustes salariais. Em resposta, o ministro do Planejamento observou que algumas modificações se fazem necessárias, como por exemplo o estabelecimento de negociações diretas entre empregados e empregadores, alegando que "o mercado é que deve regular os salários".

Segundo o líder do PDS, contudo, a campanha contra o expurgo dos aumentos do cálculo do INPC já se vinha desenvolvendo no Congresso. Muitas ponderações foram feitas ao ministro Leitão de Abreu e ao presidente da República nesse sentido, encontrando sensibilidade de sua parte. "O governo ouviu os representantes da sociedade e optou por uma solução politicamente oportuna e socialmente justa", frisou ele.

Tanto os representantes do PDS quanto dos partidos de oposição admitem que o governo promova a desindexação geral da economia.